



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU/Nº 026/2017.

JULGAMENTO DA MANIFESTAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO
PEDIDO ENCAMINHADO VIA E-MAIL

A Empresa INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, com matriz inscrita no CNPJ 04.008.185/0001-31 e endereço na Rua Desembargador Sinval Moreira Dias, 1712, na cidade de Natal/RN, CEP n.º 59.075-340, apresentou manifestação de Impugnação do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU/Nº 026/2016 (o inteiro teor encontra-se no seguinte endereço eletrônico: http://www.prefeitura.ufpb.br/cpl/CPL_PU_PE_26_2017_Vigilancia_Terceira_Impugnacao_Intelfort.zip), nos seguintes termos:

1. DA TEMPESTIVIDADE

A licitação está convocada para o dia 04/12/2017 e finda em 29/11/2017 o prazo para apresentação de Recursos de Impugnação, nos termos do Art. 41, § 2º da Lei 8666/93. Assim, esta impugnação é tempestiva, impondo-se seu conhecimento.

2. RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO

A presente impugnação visa adequar o procedimento licitatório em epígrafe ao reconhecimento da necessidade da correção da desarmonia apresentada, com relação aos itens os itens 5.1, 9.4.10 e 9.6 do Instrumento Convocatório e, ainda, com relação à previsão da aplicação da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05, DE 26 DE MAIO

DE 2017, objeto de Recurso de Impugnação anterior.

A Impugnante apresenta como ponto de inconformidade a alegação de que há contratação entre os itens 5.1, 9.4.10 e 9.6 do Edital, bem como uma exigência contida na citada Instrução Normativa nº 05/2017, que não teria sido atendida pelo Edital da licitação publicada, citando o seguinte:

(...)

... exsurtem contraditórias a regra do itens 5.1 com aquelas dos itens 9.4.10 e 9.6, porque estas últimas sugere a participação de empresa não cadastradas, o que não é permitido no item 5.1.

Necessária, pois, a correção do edital, para que os itens 5.1, 9.4.10 e 9.6 sejam compatibilizados, mormente para que este último deixe clara a exigência de cadastro prévio no SICAF, retirando, pois a admissão de licitantes não cadastrados.

Da possibilidade de redução de custos a partir de diferente conformação da planilha de formação do preço.

A licitação realiza-se sempre no interesse da Administração, que através do certame procura obter o menor preço. Dentro do propósito de reduzir custos, tem sido projetado um novo modelo de planilha de formação do preço, retirando algumas rubricas do módulo remuneração, como de reduzir os encargos sociais e previdenciários.

É assim, por exemplo, que se justifica a criação de um módulo específico, para além do módulo remuneração, com a previsão do Custo de Reposição do Profissional Ausente, que, entre outros custos, incluiria a intrajornada, sobre a

qual deixariam de incidir os encargos sociais, harmonicamente inclusive com a recém aprovada reforma trabalhista.

Nesse conduto, a própria IN 05/2017 contém essa previsão, alicerçada em novo modelo de planilha de formação do preço, sendo injustificável que a UFPB deixe de trabalhar com esse novo modelo, quando ele reduz legalmente os encargos sociais e, portanto, barateia o serviço. Não se trata, ressalte-se, de aplicar a IN 05/2017 ao presente certame, mas sim de se agarrar a um modelo de formação do preço claramente mais benéfico para a Administração e que, por isso, não pode ser ignorado.

Solicita, por fim, a retificação do Instrumento Convocatório, de modo a fazer constar, como dito, os critérios estabelecidos com referência aos dois tópicos citados.

3. RAZÕES E CONCLUSÃO DO PREGOEIRO:

O Pregoeiro da CPL-PU conclui que o pedido não merece prosperar e decide manter as condições atuais do Certame, inclusive a data de abertura da sessão pública, pela justificativa a seguir:

A empresa questiona suposta contradição entre os itens 5.1 e 9.4.10/9.6 do Edital, acerca da necessidade ou não de cadastro das empresas participantes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

Ademais, sugere a necessidade de aplicação da Instrução Normativa 05/2017, no âmbito da planilha de formação de preços.

Com relação ao primeiro questionamento, é cediço que só existe a

possibilidade de uma empresa participar em um pregão eletrônico se possuir cadastro no SICAF. Portanto, quando se refere a "estar ou não" cadastrado, nos seus itens 9.4.10 e 9.6, o Edital remete a situação de pregão presencial.

Assim, tendo em vista que a modalidade escolhida para o presente processo licitatório é o pregão eletrônico, é operacionalmente impossível a uma empresa não cadastrada no SICAF participar do certame.

Vejamos trechos do "perguntão" do Pregão Eletrônico, em seu tópico 2 sob título: CONTRATO E LICITAÇÃO (cf.: <http://www.comprasnet.gov.br/ajuda/novoSicaf/duvidas.asp?tipo=GO>):

4. Nas licitações presenciais (Pregão Presencial e outras modalidades de licitações presenciais da Lei nº 8.666/93) é obrigatório estar cadastrado no SICAF?

Resposta: Não, o fornecedor não é obrigado a estar cadastrado no SICAF. Ele poderá apresentar os documentos exigidos para habilitação ao Pregoeiro ou Presidente de Comissão e se habilitado será concedido um prazo para a sua regularização no SICAF.

5. Nos Editais de Pregão Eletrônico, deverá constar a obrigatoriedade apenas do Credenciamento?

Resposta: Sim, o Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica, bem como na Cotação Eletrônica.

6. Haverá obrigatoriedade de cadastramento no SICAF quando houver contrato?

Resposta: Sim, o seu cadastramento deverá ser feito pela Administração, antes da contratação, mesmo que seja aquisição por dispensa ou inexigibilidade.

Assim, os itens 9.4.10 e 9.6 só se aplicariam a caso de pregão presencial. No entanto, como o presente pregão será eletrônico, permanece vigente a regra do item

5.1, sendo impossível a qualquer empresa sem cadastro no SICAF participar do certame, fato este que será comunicado, nesta data, por “errata”.

Ressalte-se que não se trata de situação de republicação do Edital, pois o que pretende o impugnante, a saber, excluir do mesmo a “admissibilidade de licitantes não cadastrados no SICAF” já ocorrerá na prática, tendo em vista que, como dito, é operacionalmente impossível a um licitante não cadastrado no SICAF participar de um pregão em sua modalidade eletrônica.

No que tange ao segundo questionamento, isto é, a nova conformação da planilha de formação de preço, por aplicabilidade da IN-5/2017, cumpre esclarecer que tal ato normativo entrou em vigor no dia 25 de setembro último e o processo administrativo do Pregão Eletrônico SRP UFPB/CPL-PU/Nº 23074.035441/2017-11 fora autuado em 07 de junho de 2017, portanto, em data anterior ao início da vigência da IN-5/2017, razão pela qual não prosperam as razões apresentadas pela impugnante.

Acrescente-se que tal matéria já foi assunto de um recurso em data anterior, estando tanto a impugnação como a nossa decisão, publicadas nos endereços eletrônicos a seguir:

http://www.prefeitura.ufpb.br/cpl/CPL_PU_PE_26_2017_Vigilancia_Impugnacao_Intelfort.zip

http://www.prefeitura.ufpb.br/cpl/CPL_PU_PE_26_2017_Vigilancia_Julgamento_Impugnacao_Intelfort.zip

Diante disso, ou seja, a rediscussão de matéria já decidida, vislumbramos, em análise perfunctória, que a impugnante – atual detentora de contrato emergencial para prestação dos serviços objetos desta licitação – vem sistematicamente ingressando com tais procedimentos visando tumultuar o andamento do processo do pregão e procrastinar o evento.

Assim, cumpre-nos advertir a Empresa que sua conduta pode ser, em tese e salvo melhor juízo, tipificada como retardamento intencional do processo licitatório,

ensejando, se confirmada, a imposição das punições legais.

4. CONCLUSÃO:

Diante do exposto, rejeitamos as impugnações apresentadas, tendo em vista que:

a) Só participarão do presente processo licitantes cadastrados no SICAF, pois é operacionalmente impossível a um licitante não cadastrado em tal Sistema participar de um pregão eletrônico, já estando atendido tal pleito do impugnante;

b) A IN 05/2017 é inaplicável ao presente processo licitatório, tendo em vista que foi editada em data posterior à autuação do processo administrativo Nº. 23074.035441/2017-11.

É O JULGAMENTO DO RECURSO:

Manter as condições originais do Edital, inclusive data de abertura da sessão.

João Pessoa – PB, 30 de Novembro de 2017.

ENGº AUGUSTO CÉSAR TEMÓTEO DE OLIVEIRA

Pregoeiro Oficial

(Original Assinado)

Ratifico a decisão:

PROF. DR. JOÃO MARCELO ALVES MACEDO

Prefeito Universitário – Autoridade Competente

(Original Assinado)